

Comissões reúnem-se no final da tarde

Veja as agendas das
comissões de
Relações Exteriores
e de Assuntos
Econômicos. Pág. 2

Propostas visam combater crimes praticados por menor

Artur da Távola quer mudar artigo da Constituição que trata da responsabilidade penal e Leonel Paiva sugere uma reformulação no estatuto que "protege o infrator"

O senador Artur da Távola anunciou ontem a intenção de apresentar proposta de emenda constitucional alterando o artigo da Constituição que trata da imputabilidade penal dos menores de 18 anos. O texto da emenda prevê que os menores que cometerem crimes contra a vida deverão ser denunciados pelo Ministério Público quando atingirem a maioria. O julgamento ficaria a

cargo de um tribunal do júri especial. A idéia foi discutida em plenário pelos senadores Ramez Tebet, Bernardo Cabral e Gilvam Borges. Já o senador Leonel Paiva propôs, da tribuna, uma mudança urgente no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o senador, a atual legislação protege exageradamente o menor infrator e acaba induzindo outros a trilharem o mesmo caminho. **Página 5**



ACM: reforma passa com número significativo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (*foto*), afirmou ontem que a divisão do PMDB, observada na convenção de domingo, não afetará a votação da reforma administrativa, em segundo turno, amanhã. Ele previu que a reforma será aprovada com "número significativo". **Página 4**



Júnia Marise, Emília Fernandes e Marina Silva são as oradoras inscritas na sessão de hoje à tarde

HOMENAGEM

Senado dedica à mulher a Hora do Expediente hoje

O Senado dedica a primeira parte da sessão de hoje - o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente - à comemoração do Dia Internacional da Mulher. Estão inscritas para falar as senadoras Emília Fernandes, Júnia Marise e Marina Silva. Também devem participar das homenagens, como oradores, os senadores Leonel

Paiva (autor do requerimento), Carlos Bezerra, Eduardo Suplicy e Sebastião Rocha. Ainda hoje, às 10h, as senadoras Benedita da Silva e Marina Silva promovem a abertura solene da I Semana da Mulher. Ontem o senador Nabor Júnior disse que a afirmação da mulher é "um fenômeno redentor da própria humanidade" na virada do milênio. **Página 3**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Primeira Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Oradores inscritos: Leonel Paiva, Júnia Marise e Carlos Bezerra

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único dos PDL nºs 48, 49 e 50/97, que aprovam o ato que renova a permissão outorgada às rádios Sociedade Oeste Catarinense Ltda., da cidade de Chapecó - SC, e Veneza Ltda., de Recife - PE, para explorarem serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada; e renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana - MS, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média; e Projeto de Resolução nº 8/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 57 milhões, de principal, destinada ao financiamento, parcial, da primeira etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

COMISSÕES

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 90/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata José Viegas Filho, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru; PDL nº 143/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997; PDL nº 145/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o governo do Brasil e o governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 18 de abril de 1997; PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre o Brasil e a França, em Paris, em 28 de maio de 1996; PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em Brasília, em 12 de março de 1997; PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII Conferência, realizada no período de 9 a 31 de outubro de 1995; PDL nº 7/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais, entre os governos da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, celebrado em Fortaleza, em 17 de dezembro de 1996; Projeto de Resolução nº 14/98, que cria, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha; Projeto de Resolução nº 03/98, que aprova o texto da Emenda aos Arts. 6 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite - Intelsat, aprovada pelo XXV Encontro dos Signatários, em 4 de abril de 1995; PDL nº 8/98, que aprova o texto das Emendas aos Artigos I, II, VIII, IX e XVI do Acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat); e PDL nº 9/98, que aprova o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - Inmarsat, e ao art. 13 da Convenção da Inmarsat, aprovadas em Londres, em 9 de dezembro de 1994. Sala - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Mensagem nº 89/98 (não terminativa), solicitando à Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, para contratar operação de crédito, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto de

Interligação Elétrica Norte-Sul; Mensagem nº 203/97 (não terminativa), que submete à apreciação do Senado Federal o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a Telecomunicações do Suriname - Telesur; Ofício nº 10/98 (não terminativo), solicitação da prefeitura municipal de Iconha - ES, para que seja autorizada a contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 398 mil, destinada à construção de 50 unidades habitacionais no bairro Jardim Jandira; Ofício nº 14/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Mato Grosso, sobre proposta de aquisição pela Caixa Econômica Federal - CEF, de débitos daquele estado junto a seis instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 286 milhões; Ofício nº 11/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Sergipe, a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 27.11.97, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 389 milhões, correspondente ao valor da dívida mobiliária e saldos devedores dos contratos firmados junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

10h30 - Abertura Solene da I Semana da Mulher Senado Galena - Térreo do Anexo

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (11.03.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: Votação em segundo turno da proposta de reforma administrativa - PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custo de atividades a cargo do Distrito Federal

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PEC nº 52/1995, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; PEC nº 58/1995, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; e PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLS nº 29/96 (tramitando em conjunto com o PLS 147/95) (não terminativo), que dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho; PLS nº 147 (tramitando em conjunto com o PLS nº 29/96) (não terminativo), que estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; PLS nº 45/93 (terminativo), que altera a Lei nº 6.435/77, sobre entidades fechadas de previdência privada; e PLS nº 85/97 (terminativo), que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS, quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV

ESPECIAL

Quarta-feira (11.03.98)

10h - Abertura do V Endicon - Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno. Auditório Petrólio Portella

Duas comissões reúnem-se à tarde

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 18h, quando deverá apreciar projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a inclusão do Banco de Roraima (Banroraima) e da Companhia Usinas Nacionais (CUN) no rito processual da lei das liquidações. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). A CAE vai analisar, ainda, várias mensagens e ofícios.

Antes, às 17h30, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para analisar, entre outras matérias, men-

sagem relatada pelo senador Levy Dias (PPB-MS) que submete à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata José Viegas Filho, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru. Também será examinado projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997. O relator da matéria é o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Melo abre encontro sobre controle interno

O 5º Encontro Nacional de Dirigentes do Controle Interno (Endicon), que vai até o dia 13, será aberto amanhã, às 10h, no Auditório Petrólio Portella, pelo senador Geraldo Melo, vice-presidente do Senado. A solenidade de abertura contará também com a presença do ministro da Fazenda em exercício, Pedro Parente, e do vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Iram Saraiva.

O encontro, que visa integrar os diversos órgãos de fiscalização e controle da administração pública do país, é promovido pelo Conselho de Dirigentes de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

(Dicon). Martha Lyra Nascimento, diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado, é a presidente do Dicon, e considera de fundamental importância esses encontros para a uniformização do entendimento dos profissionais da área a respeito das muitas matérias tratadas pelo setor.

- O Endicon é a melhor oportunidade para reunir os diversos segmentos não só das áreas de controle interno, como dos demais setores que integram a administração pública em torno da discussão de questões que constantemente geram controvérsias - informa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

HOMENAGEM

Hora do Expediente é dedicada às mulheres

O Senado dedica a primeira parte da sessão de hoje - o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente - à comemoração do Dia Internacional da Mulher, conforme requerimento do senador Leonel Paiva (PFL-DF) aprovado em plenário. Além de Leonel, estão inscritos para falar as senadoras Emília Fernandes (PDT-RS), Júnia Marise (PDT-MG) e Marina Silva (PT-AC) e os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

Leonel Paiva destacará, em seu discurso, que "a Constituição já contempla de maneira fenomenal a ques-

ção da mulher", e que, portanto, a luta das mulheres não deve ser mais no sentido de garantir legalmente conquistas, mas sim de mudar uma cultura ainda machista. O senador vai abordar o tema violência contra a mulher e defender a necessidade de a mulher denunciar eventuais agressões. Vai também referir-se ao processo que levou a mulher a conquistas como o direito ao voto e a participação no mercado de trabalho.

RESOLUÇÕES

Na Ordem do Dia desta terça-feira constam ainda a discussão em turno único e posterior votação nominal de três

projetos de decreto legislativo: o que aprova ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó (SC); o que apro-

Leonel Paiva acha que a luta da mulher não deve ser mais por leis, mas sim para mudar a cultura ainda machista vigente no país

va ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Recife (PE); e o que aprova ato que renova a concessão da Rádio

Difusora de Aquidauana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana (MS). Os relatores são, respectivamente, os senadores Wilson Kleinübing (PFL-SC), Carlos Wilson (PSDB-PE) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Também está na pauta de hoje, para discussão em turno único, o projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos que autoriza o governo brasileiro a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a US\$ 57 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial da primeira etapa do Programa de

Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. O relator é o senador Beni Veras (PSDB-CE).

REFORMA

Amanhã, o plenário do Senado vota em segundo e último turno a proposta de emenda à Constituição que promove a reforma administrativa.

O relator da matéria é o senador Romero Jucá (PFL-RR), e a votação será nominal. Aprovada a emenda, ela será promulgada em sessão solene do Congresso Nacional, a ser convocada pelo presidente Antonio Carlos Magalhães.

Programa oficial começa hoje e vai até o dia 13

A abertura solene da I Semana da Mulher, promovida pela Subsecretaria de Relações Públicas, será realizada hoje, às 10h30, no início do túnel que liga o Anexo I do Senado ao Edifício Principal, com a presença das senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Marina Silva (PT-AC).

O diretor da Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS), dr. Cid Nogueira, também fará um pronunciamento na cerimônia de abertura. O grupo de dança cigana *Al-Moriân* fará uma apresentação para os presentes, que poderão, ainda, prestigiar a exposição *Saúde da Mulher* na galeria do Anexo I, que vai até o próximo dia 13.

Nabor lembra a acreana Iolanda, primeira governadora brasileira

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao registrar ontem a comemoração, no domingo, do Dia Internacional da Mulher, disse que a afirmação da mulher na sociedade, na virada do milênio, além de exigir reflexão e apoio, é "fenômeno redentor da própria humanidade, que, assim, resgata dívidas acumuladas nos milênios de repressão e de humilhações impostas às suas filhas".

O sentido da comemoração, conforme lembrou, remonta a 8 de março de 1857, quando 159 operárias de Chicago foram reprimidas por exigir condições decentes de trabalho, ao que "os patrões responderam de modo truculento e covarde, trancando-as dentro da fábrica e ateando fogo no prédio. Todas morreram".

Hoje, comparou Nabor



Nabor resume o avanço da mulher na sociedade em uma palavra: dedicação

Júnior, a data reúne as mulheres em torno de bandeiras democráticas e humanitárias, "como direito ao trabalho, à maternidade e à igualdade de oportunidades, além do respeito à sua integridade física, à liberdade de agir socialmente e decidir seus próprios destinos".

Mesmo considerando que as mulheres, em vários países, ainda recebem tratamento incompatível com os mais elementares princípios da civilização e ainda representam

presenças pouco ostensivas à frente dos principais cargos executivos, ele destacou que, de 1857 para cá, as mulheres foram à luta e, hoje, integram o mercado de trabalho e as diferentes esferas da sociedade.

No caso brasileiro, Nabor ressaltou dados divulgados pelo IBGE, segundo o qual o número de mulheres com salários superiores a 20 salários mínimos passa de 450 mil, para menos de 100 mil registrados 12 anos atrás.

O aumento vertiginoso da participação feminina na sociedade, fenômeno de várias causas e múltiplas explicações, foi resumido pelo senador numa única palavra: "dedicação".

Entre as várias mulheres citadas por Nabor Júnior, ele destacou em especial as de seu estado, salientando que o Acre teve a primeira governadora da história brasileira, Iolanda Lima Fleming.

Presidente do Senado prevê aprovação da proposta "com número significativo" na votação em segundo turno prevista para amanhã

ACM: divisão no PMDB não afeta reforma administrativa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, em entrevista, que a divisão do PMDB, apresentada na convenção do partido, no último domingo, não afetará a votação da reforma administrativa, em segundo turno, nesta quarta-feira. Ele previu que a emenda será aprovada "com número significativo".

Para Antonio Carlos, a decisão da convenção nacional do PMDB de apoiar a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso foi um resultado "lógico".

- Eu já esperava isso de um partido que apóia o governo Fernando Henrique Cardoso e dele participa como aliado - frisou, ressaltando que a vitória é dos que esperam que a administração do país con-



Antonio Carlos: resultado "lógico"

tinuie bem como está acontecendo até o momento.

O presidente do Senado afirmou também não acreditar que divergências entre o PFL e o PMDB possam prejudicar Fernando Henrique na campanha eleitoral. "Todos os aliados serão bem-vindos ao palanque do

presidente", enfatizou.

Antonio Carlos reiterou que não teme divisões na hora em que Fernando Henrique subir em palanques apoiado por partidos diferentes, uma vez que o propósito é garantir continuidade a um projeto de governo que vem dando certo.

A respeito dos tumultos durante a convenção do PMDB, realizada no domingo no plenário da Câmara, Antonio Carlos condenou a ação dos militantes favoráveis à indicação de um candidato próprio à Presidência da República. "Isto não é bom para o Parlamento", assinalou. "Sou contra convenções no plenário", acrescentou, lembrando que apóia a sugestão do presidente da Câmara, Michel Temer, de não mais permitir que convenções partidárias se realizem nos plenários do Congresso.

Saad aponta irrigação como caminho para nordeste de Goiás

O nordeste de Goiás, uma região pobre nas proximidades de Brasília, está dando passos para se desenvolver, através de um projeto de irrigação que começa a ser implantado no município de Flores de Goiás, informou ao plenário o senador José Saad (PMDB-GO). São 26 mil hectares que podem ser irrigados até mesmo sem energia elétrica, por simples gravidade, com distribuição da água por 106 quilômetros de canais.

De acordo com José Saad, a região, conhecida como Vale do Rio Paranã, possui 250 mil hectares de boas terras e aptas à agricultura irrigada e à agropecuária. Os 26 mil hectares iniciais serão irrigados ao custo total de R\$ 46 milhões, com financiamentos federal e estadual. Quase 100 propriedades serão beneficiadas no projeto-piloto, havendo ainda o assentamento de 212 famílias em glebas de 15 hectares.

O senador lamentou que o Vale do Paranã, apesar de possuir terras férteis e boas condições para a irrigação, localizado a "poucos quilômetros de Brasília", sempre tenha estado abandonado.



Saad prevê geração de empregos

não dispo de energia elétrica rural ou transporte. Lembrou que agricultores da região Sul produziram arroz irrigado na região, com o uso de motores a diesel, ao custo de US\$ 8 a saca. Na época, o governo importou arroz asiático a US\$ 6 e, ao final de quatro safras, os agricultores foram à falência.

- O Projeto de Irrigação Flores de Goiás deverá provocar bons reflexos sociais e econômicos na região, gerando empregos e melhorando a qualidade de vida do nordeste goiano - previu José Saad.

Lauro cita FHC para condenar abertura de mercado ao exterior

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem em discurso que o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu, em entrevista à imprensa, que o governo "exagerou" na abertura de seu mercado ao exterior e pretende "criar mecanismos para proteger a indústria nacional".

- Agora, a abertura ao mundo não é mais um postulado da modernidade - assinalou. Lauro Campos leu trecho de entrevista do presidente da República à *Gazeta Mercantil*, onde ele afirma que havia necessidade de elevar as alíquotas de importação "para proteger três setores".

"O presidente diz que são três setores que devem ser protegidos, mas o Ministério da Indústria e do Comércio afirma, em documento, que são 17 os setores sucateados e atingidos por essa insana taxa de câmbio", observou o senador.



Lauro vê 17 setores "sucateados"

Lauro Campos manifestou-se preocupado com "a conjugação da extrema fragilidade do real, com a crise do capitalismo mundial manifestada inicialmente no Sudeste Asiático, a crise social do país e a crise dos partidos e do discurso político". Para ele, a ocorrência de tais situações "pode ser altamente explosiva e perniciosa para a coletividade brasileira".

Na opinião do senador, a proximidade das eleições, "com a

possibilidade de reeleição sem desincompatibilização", está contribuindo para que "os discursos e as relações políticas assumam um baixo nível" no Brasil. "Isso era previsível", disse. Lauro Campos leu trechos de Alexis de Tocqueville, do livro *A Democracia na América*, onde ele considera os períodos de reeleição como épocas de crise nacional, com o presidente candidato não mais governando "no interesse do Estado, mas no de sua própria reeleição".

- É o que estamos vendo no Brasil. Não é de se estranhar que a Justiça Eleitoral sentisse -á pouco preparada para fazer cumprir a legislação e pôr cobro a esses desmandos presidenciais que ocorrem em época de reeleição. Vimos no domingo (convenção do PMDB) mais uma vitória da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso - assinalou o senador Lauro Campos.

Senado tem Serviço Informativo de 24 horas

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;

- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;

- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta; e

- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Proposta de emenda à Constituição a ser apresentada pelo senador prevê a possibilidade de o Ministério Público denunciar menores acusados de crimes contra a vida quando estes completarem 18 anos

Távola sugere novo modelo para maioria

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) anunciou ontem que vai apresentar proposta de emenda constitucional alterando o artigo 228 da Constituição, que estabelece a imputabilidade penal do menor de 18 anos. Através da inclusão de um parágrafo único, Távola propõe "um pequeno paliativo", pelo qual o menor de 18 anos que comete crime contra a vida deverá, atingida a maioridade, ser denunciado pelo Ministério Público e, "ocorrendo pronúncia, submetido a julgamento por tribunal do júri especial".

Para o senador, trata-se de um paliativo porque a medida coloca-se a meio caminho entre as propostas simplesmente repressivas, que pretendem

a redução da imputabilidade penal para 16 anos, e a omissão de ignorar que os menores criminosos contam com a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente para promoverem violência.

A situação atual, na opinião do senador, é um círculo vicioso em que o menor infrator ou criminoso é recolhido a estabelecimento correccional deteriorado pela falência do poder público e, completada a maioridade, solto. Conforme esclareceu, sua proposta, assim, permitiria um julgamento sobre se cada menor tem ou não condições de ser reinserido na sociedade.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator de várias proposições que alteram o mesmo artigo constitucional

objeto da proposta de Távola, afirmou que a pedra de toque do problema do menor é que o estatuto "não pode ser execu-

tado". E acrescentou: "Se as próprias escolas públicas brasileiras têm carências conhecidas, o que dizer dos estabe-

lecimentos que deveriam recuperar os menores para a vida em sociedade?".

Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) aparteu Távola para perguntar como, entre a época do crime e o julgamento, o Ministério Público faria a instrução criminal. Távola admitiu que o senador amazonense tocou em possível deficiência de sua proposta, mas observou que, caso aprovada, a emenda dependeria de regulamentação. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), por sua vez, salientou que, além das penalidades e sanções para coibir a violência, "o Estado precisa investir maciçamente em educação". Ele destacou ainda projeto de sua autoria sobre planejamento familiar.



Távola define sua proposta como "um paliativo"

Gilvam propõe idade de 16 anos para motorista

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou projeto de lei reduzindo para 16 anos o requisito de idade mínima para obtenção da carteira nacional de habilitação. Ele considerou a exigência de 18 anos, prevista no atual Código de Trânsito, em desconformidade com a realidade social do país.

Lembrou o senador que o próprio ordenamento legal brasileiro adota 16 anos como idade mínima para o exercício do direito político básico - o de escolher representantes para todos os cargos eletivos. Conforme o parlamentar, se aos 16 anos um jovem pode estabelecer-se no comércio e uma jovem pode casar-se, é inexplicável a exigência de 18 anos para a carteira de motorista.

Ele argumentou que a CLT assegura que, aos 12 anos, uma criança pode estipular validamente cláusulas de um contrato de trabalho. afirmou ainda que a idade mínima de 18 anos é tão obsoleta para fixar a imputabilidade que existem hoje cinco propostas de emendas à Constituição, em tramitação no Legislativo, reduzindo esse limite para 16 anos.



Gilvam vê "descompasso"

Gilvam citou países onde a maioridade penal é mais baixa, por exemplo Espanha (16 anos) e Itália (14 anos), observando que, na Inglaterra, até crianças de 10 anos podem sofrer sanções penais, se comprovada sua capacidade para compreender a natureza ilícita do ato. Estranhou também o fato de que, embora reconhecida sua consciência política para votar aos 16 anos, nem por isso o adolescente brasileiro está sujeito a cometer crimes eleitorais.

- Assim, no que concerne ao trânsito, nada justifica privar-se o jovem médio brasileiro, em pleno gozo de seu comando motor, de habilitar-se para conduzir veículos automotores - opinou.

Leonel Paiva defende "urgente" alteração do Estatuto da Criança

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) propôs ontem, da tribuna, uma urgente mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente, por considerar que a atual legislação "protege exageradamente o menor infrator e acaba induzindo outros a trilharem o mesmo caminho". Ele citou que a maioria dos 120 assassinatos ocorridos no Distrito Federal nos últimos 90 dias foi praticada por menores.

O senador pediu ao governo federal, responsável pela manutenção do Sistema de Segurança Pública do DF, que autorize o aumento do efetivo policial de Brasília. "Existe hoje no Distrito Federal um policial para cada 700 habitantes, quando o ideal seria um policial para cada 80 habitantes." A seu ver, a situação no DF é "caótica", pois o próprio chefe da coordenação da PM do Distrito Federal afirmou à imprensa não ter como prestar segurança eficiente à população, pois conta com menos

de 7 mil agentes.

Conforme Leonel Paiva, o governador do DF, Cristovam Buarque, "é um defensor dos direitos humanos" e com qualidades que o habilitam a "qualquer função". O problema, segundo o senador, "é que falta ao governador uma equipe com capacidade administrativa aguçada" e o PT, acrescentou, "não tem essa equipe". Como resultado, "sofre toda a população do Distrito Federal".

Em aparte, o senador Lauro

Campos (PT-DF) afirmou que a criminalidade dos jovens deve-se "ao desemprego, à dívida social do governo, à falta de dignidade e de perspectivas dos menores pobres". O desemprego, disse, é uma das consequências da atual política econômica do governo federal. Lauro Campos assinou que a violência "não é exclusiva" do DF, observando que "foram registrados em São Paulo 490 assaltos em ônibus em apenas um mês".



Leonel considera "exagerada" a proteção ao menor infrator

Requerimento apresentado pelo senador estabelece prazo de 120 dias para a apresentação de alternativas de combate ao problema que considera o mais inquietante para a população brasileira

Simon propõe comissão para debater desemprego

Logo após observar que os brasileiros estão hoje mais preocupados com o desemprego do que com a violência, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou requerimento para a criação de uma comissão de senadores para, em 120 dias, debater o assunto e oferecer idéias para solucioná-lo.

O parlamentar afirmou que, a três anos do fim do milênio, uma das maiores preocupações da população mundial é a falta de oportunidades de emprego, visto que desde o início desta década as taxas de desemprego nos países industrializados vêm aumentando.

Ele afirmou que todas as pesquisas realizadas sobre o assunto no Brasil revelam a inquietação da população com o crescimento da violência e dos assaltos, mas acima de tudo com o desemprego. "Quem tem emprego tem medo de perdê-lo, e quem não o tem está apavorado, com medo de não conseguir. Isso, em todos os estados", disse ele.

Simon esclareceu que sua proposta de criação de uma comissão não visa buscar responsáveis nem ocupar es-



Simon pede idéias novas

paços na mídia. "O propósito é de uma comissão séria e responsável para analisar com profundidade a questão do desemprego num país onde, anualmente, é colocada no mercado de trabalho uma multidão equivalente à população de alguns países".

Ele acha que, debatendo essa questão, a comissão poderá equacionar o problema, dando um diagnóstico preciso do que está acontecendo. O parlamentar lembrou que, enquanto o mundo se inquieta com o crescimento do desemprego, os Estados Unidos estão vivendo a maior euforia econômica de sua história.

— Não só as taxas de desemprego praticamente não existem ali, mas aposentados estão sendo reconvocados para trabalhar. A oferta de trabalho é maior que a procura. O déficit público é zero e os empregos estão aumentando.

O senador lembrou que, quando criança, em Caxias do Sul, um tear funcionava com 30 trabalhadores. No entanto, agora, com a automatização, um único trabalhador cuida sozinho de 200 teares. Ele disse que, apesar do quadro assustador, acredita na criação de idéias para aumentar os empregos, citando como exemplo, a reforma agrária e a agricultura familiar.

Nesse discurso, Pedro Simon elogiou o trabalho da assessoria do Senado, que realizou uma pesquisa comparando o desemprego verificado na Europa com o do Brasil. O senador apontou como agravante o mercado informal e o trabalho marginal, que empregam sazonalmente no Brasil. E sugeriu que a comissão por ele proposta busque informações junto a universidades, associações de trabalhadores e de empresários, para aprofundar-se nas causas do desemprego brasileiro.



Waldeck prevê queda de gastos com pessoal

Waldeck cita Bahia como modelo de administração

Ao comentar o debate sobre as razões do desequilíbrio fiscal do poder público, que dividiu recentemente as opiniões entre os que atribuíram aos estados a maior responsabilidade e os que a imputaram ao governo federal, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) pediu ontem a transcrição, nos Anais da Casa, de editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado "A Bahia dá o exemplo".

Waldeck Ornelas cumprimentou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, "arquiteto" da continuidade administrativa elogiada no editorial. "Feliz o governante", disse o senador, "que, ao final do seu governo, é nacionalmente reconhecido, dando seqüência a trabalho iniciado por ACM, de cuja equipe eu e Paulo Souto, atual governador, participamos".

Conforme o editorial, há dúvidas em relação às contas da maioria dos estados e sobre como seus governos utilizarão receitas decorrentes da privatização neste ano. Mas não há dúvida alguma, leu o senador, "sobre aquele cujas finanças estão equilibradas há já um bom número de anos, porque ali prevalece a visão de longo prazo característica dos verdadeiros estadistas, que infelizmente vem faltando à maioria

de nossos governos".

Ainda segundo o editorial do jornal, beneficiado e, ao mesmo tempo, apostando na continuidade administrativa, Paulo Souto usou parte dos recursos provenientes da privatização da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) na criação do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos, que encaminha a solução do problema do peso dos funcionários aposentados nas folhas de pagamento das administrações estaduais.

Waldeck Ornelas salientou que os membros do conselho de administração do novo Fundo já foram empossados, reunindo representantes dos três Poderes e da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia. Com a medida, os servidores terão garantia de recebimento de suas aposentadorias no futuro e "isso significará a redução, para 34% da renda arrecadada, dos gastos com os servidores, contra os 57% gastos atualmente numa folha de pessoal em que os inativos representam 23% - cerca de R\$ 28,5 milhões por mês", citou o senador.

— A continuidade administrativa que o editorial proclama terá certamente mais quatro anos, como quer o povo baiano - assegurou o senador.



Antonio Carlos recebe visita de Pinheiro e Valentino

ACM recebe dirigentes da Anfavea

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente eleito da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), José Carlos Pinheiro Neto, que veio, em companhia do atual dirigente da entidade, Silvano Valentino, con-

vidar o senador para a cerimônia de posse, dia 13 de abril, em São Paulo.

José Carlos, que foi diretor da General Motors do Brasil, disse que fez apenas uma visita de cortesia a Antonio Carlos, continuando o trabalho de relações públicas desenvolvido pelo seu an-

tecessor, Silvano Valentino, que representava a Fiat. O mandato dos presidentes da Anfavea é de três anos.

Na opinião do novo presidente da Anfavea, o canal de comunicação entre a entidade e o Congresso Nacional deve continuar sempre de portas abertas.

Debate na TV sobre liberação da maconha

A descriminalização da maconha, proibida no Brasil em 1938, é o tema do debate entre o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Ministério da Justiça, Marcos Antônio Cavaleiro.

Artur da Távola sugere a realização de um referendo popular sobre o assunto, enquanto o delegado Cavaleiro expõe os prejuízos do consumo da maconha e propõe um estudo criterioso sobre a possibilidade de legalização. O programa vai ao ar hoje, às 8h, 13h15 e à 1h da madrugada de amanhã.

Pimenta lança livro à noite, no Salão Negro

O livro *Educação e Cultura - A Construção da Cidadania*, de autoria do professor Aluísio Pimenta, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), será lançado hoje, às 19h, no Salão Negro do Congresso Nacional. O evento é promovido pelo Instituto Teotônio Vilela, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A obra, de 262 páginas, contém uma série de artigos que enfocam, entre outros, os seguintes temas: liberdade e democracia, preservação da natureza e conservação da energia, onde o autor dá especial ênfase às pequenas cidades do interior, "caminho para a erradicação da pobreza", segundo ele.

O professor Aluísio Pimenta foi ministro da Cultura e participou, como especialista, no setor de Educação, Ciência e Tecnologia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde colaborou na implantação de projetos universitários na América Latina e Caribe. O autor, que atualmente ocupa o cargo de diretor no Instituto Teotônio Vilela/MG, realizou ainda estudos de educação na China, Índia e Japão.

Comercialização ilegal de espécies nativas tem contribuído para o empobrecimento da diversidade vegetal, denuncia o senador

Freitas defende controle sobre plantas medicinais

Normas para o controle do uso de plantas utilizadas como remédio é o que estabelece projeto apresentado pelo senador Freitas Neto (PFL-PI) criando o Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras. A proposição será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.

Pelo projeto, o centro de estudos a ser criado deverá, entre outras atribuições, identificar as plantas medicinais nos diferentes ecossistemas brasileiros e ainda definir metodologia para a conservação das espécies. O novo órgão deverá, também, promover campanhas divulgando a importância e o valor monetários das plantas curativas.

Na justificativa do projeto, Freitas Neto explica que a flora brasileira vem sofrendo um processo de destruição



Freitas Neto: criação do centro

que já atingiu 20% da região amazônica, 30% a 40% da região dos cerrados, e que apenas entre 6% a 8% da floresta atlântica permanecem preservados.

O senador diz, ainda, que além da destruição de habitat provocada pela expansão urbana e agropecuária, a comercialização ilegal de plantas nativas também tem contribuído, de modo relevante,

para o empobrecimento da diversidade vegetal.

Outro argumento utilizado pelo senador para justificar o projeto é o aumento no uso desse tipo de plantas em todo o mundo:

- De acordo com dados estatísticos, um quarto de todas as prescrições médicas inclui produtos de origem vegetal. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% da população dos países em desenvolvimento se trata pela medicina tradicional, na qual 85% dos procedimentos incluem extrato de plantas - informa.

Freitas Neto considera que o centro proposto pelo projeto representará um avanço para conservação de plantas medicinais, "cumprindo, dessa forma, parte dos objetivos da Convenção da Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário", concluiu.

Estudantes e poetas disputam Prêmio Cruz e Sousa de monografia

Até o próximo dia 15 de maio estarão abertas as inscrições ao Prêmio Cruz e Sousa de monografia, criado pelo Congresso Nacional com o objetivo de estimular o debate sobre o tema "a importância da vida e da obra do poeta Cruz e Sousa para a cultura brasileira", no ano em que se celebra o centenário de sua morte.

O Prêmio Cruz e Sousa de monografia, que foi criado mediante projeto de resolução do Congresso Nacional de autoria dos senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC) e recebeu aprovação final no plenário do Senado no dia 29 de janeiro, será concedido em duas categorias: Estudante - para alunos de graduação e pós-graduação - e Geral, para poetas, escritores e outros interessados.

O primeiro colocado, segundo o regulamento do prêm-



Abdias Nascimento



Esperidião Amin

mio, publicado no último dia 6 de março no *Diário Oficial* e no *Diário do Congresso Nacional*, receberá R\$ 10 mil. Os trabalhos classificados do 2º ao 5º lugares receberão menção honrosa. Todos os trabalhos classificados serão publicados pelo Senado e todos os inscritos que tiverem seus trabalhos aceitos receberão certificado de participação.

Uma comissão composta por cinco membros - três parlamen-

tares e dois nomes de expressão da cultura brasileira -, a serem indicados pelo Conselho do Prêmio Cruz e Sousa, escolherá os premiados. A comissão selecionará os trabalhos até o dia 1º de junho.

Os candidatos devem encaminhar as inscrições ao Conselho do Prêmio Cruz e Sousa, Diretoria Geral do Senado, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900. Informações pelo fone 061 311-4141.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sobre o desemprego no país

8h - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o Diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Ministério da Justiça Marcos Antônio Cavaleiro sobre a descriminalização da maconha

9h30 - Entrevista com o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sobre o desemprego no país

10h - "Combatendo o Stress" - exposição do psicólogo Antônio Carlos Teixeira sobre o stress, suas causas e consequências

12h15 - Entrevista com o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sobre o desemprego no país

13h15 - Debate entre o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o Diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Ministério da Justiça Marcos Antônio Cavaleiro sobre a descriminalização da maconha

14h30 - Sessão plenária (vivo) - a "Hora do Expediente" - sessão dedicada a comemorar o "Dia Internacional da Mulher"

Logo após: Comissão de Relações Exteriores - que aprecia a indicação do ministro José Viegas Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Peru

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate entre o senador Artur da Távola e o Diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Ministério da Justiça Marcos Antônio Cavaleiro sobre a descriminalização da maconha

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até às 7h30

Continuidade do mecanismo existente desde 1942 é apontada pelo senador como uma vitória dos parlamentares, governadores e prefeitos

Coutinho elogia manutenção de fundo da Vale

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) anunciou ontem que o governo federal cumpriu o compromisso de manter o Fundo de Desenvolvimento da Vale do Rio Doce, prometido durante o processo da privatização. Destinado a atender aos municípios da área de atuação da companhia, o fundo será gerido pelo BNDES. Coutinho prometeu enviar, ainda esta semana, aos senadores o material de divulgação dessa iniciativa.

Ele informou que, para o exercício de 1998, a proposta de aplicação desse fundo totaliza cerca de R\$ 40 milhões, devendo contemplar os seguintes estados: Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Maranhão,



Coutinho: governo cumpre palavra

Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Mas questionou se o BNDES está efetivamente equipado para atender os programas a serem realizados com esses recursos. "Preocupado-me ainda a celeridade do

BNDES. Espera-se que ele possa atuar de forma ágil", assinalou.

Definindo a manutenção desse fundo como uma grande vitória de parlamentares, governadores e prefeitos, Coutinho Jorge observou que essa era uma preocupação na privatização da Vale do Rio Doce. Desde 1942, disse ele, a companhia destinava anualmente até 8% do seu lucro líquido para atender às necessidades sociais dos municípios onde tinha suas atividades operacionais. Só no Pará, são 12 os municípios da área de influência da Vale, localizados no sul do estado.

Em decorrência das negociações para a preservação

desse fundo, ele disse que, em abril do ano passado, chegou-se a um protocolo de intenções, celebrado entre o Ministério do Planejamento, o BNDES, a Vale do Rio Doce e o Programa Comunidade Solidária. Coube então ao BNDES assumir a gestão financeira desses recursos e definir critérios para sua aplicação.

Ao informar que o plano de aplicação para 1998 está aprovado e que o BNDES enviou os documentos referentes ao fundo, Coutinho Jorge elogiou o governo por ter honrado os compromissos. Em sua opinião, a inquirição sobre a preservação do fundo agora está sanada.

Mauro pede mais recursos para desenvolvimento agrícola em GO

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou a chegada de uma missão empresarial japonesa ao país, com o objetivo de avaliar as possibilidades de realizar novos investimentos para o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste.

Ele aproveitou a oportunidade para pedir maior alocação de recursos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) em Goiás, particularmente dentro das negociações que o ministro da Agricultura, Arlindo Porto, concluirá no final deste mês em Tóquio, quando a terceira etapa do projeto de cooperação internacional deverá ser formalizada com dotação de 850 milhões de dólares.

De acordo com Mauro Miranda, Goiás atualmente tem projetos de colonização apoiados pelo Prodecer somente nos municípios de Formosa e Cristalina, apesar dos grandes avanços registrados pelo estado na área de irrigação.

- Somos hoje um dos estados mais avançados na implantação da moderna tecnologia



Mauro: pela região do Entorno

dos pivôs centrais e, com essa experiência, somada a novos investimentos externos, nossas chances de desenvolvimento agrícola serão ainda maiores - destacou. Os novos recursos do Prodecer, como informou, apoiarão projetos-pilotos no Piauí, Pará e Rondônia, ampliando um raio de ação que já inclui Minas Gerais, Maranhão e Tocantins.

Mauro lamentou o encarecimento do crédito do programa e pediu a revisão dessa política de crédito, "que tem funcionado com o sinal negativo da descapitalização".

O senador registrou com

satisfação declarações do presidente da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), empresa responsável pelo Prodecer, em sistema de cooperação Brasil-Japão, dando conta de que, além dos projetos programados para o Piauí, Pará e Rondônia, a terceira etapa do programa estimulará projetos nas áreas de agroindústria, comércio e turismo.

Essa possibilidade, destacou o senador, representa "uma oportunidade concreta para iniciarmos a decolagem do Programa de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Brasília e Entorno, aproveitando os imensos potenciais das 20 cidades goianas que integram essa região". O senador pediu ao ministro da Agricultura "reflexão e decisões consequentes e imediatas", argumentando que "um fato que ninguém poderá contestar é que as prioridades sociais, sobretudo na questão do desemprego, estão concentradas nas 20 cidades goianas que compõem o cinturão geográfico do Distrito Federal".

Gilvam Borges quer discutir denúncias contra governador

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem que deseja discutir, em plenário, com o senador Ademir Andrade (PSB-PA), hoje ou amanhã, procedimentos administrativos do governo do Amapá. Tendo apontado desvio de recursos pelo governo daquele estado, Gilvam assinalou ter sido acusado por Ademir de fazer declarações levianas.

Com a alegação de que gosta de resolver desentendimentos como esse no "mano a mano", Gilvam Borges disse que Ademir Andrade é um "sicofanta", que falou de assunto que desconhece.

O senador afirmou que conhece todas as irregularidades praticadas pelo governador João Alberto Capiberibe, daí por que entende que, sem ter ido àquele estado, Ademir Andrade não poderia defender em plenário "coisas indefensáveis".



Odacir: escolha certa no Planafloro

Odacir destaca indicação de engenheiro em Rondônia

A indicação do engenheiro florestal Eraldo Matricardi para o cargo de assessor técnico principal do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro) foi destacada da tribuna pelo senador Odacir Soares (PTB-RO), para quem o indicado preenche, pelas funções técnicas que exerceu e pela formação profissional, os requisitos do cargo.

Segundo o senador, a proposta do Planafloro, desenvolvida pelo governo de Rondônia com o apoio do governo federal e do Banco Mundial, é mudar os destinos de quem trabalha no estado e contribuir para a criação das bases racionais de incorporação da Amazônia ao patrimônio social e econômico brasileiro.

Odacir registrou reunião promovida pela Secretaria de Estado e Planejamento para a discussão dos avanços do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (Umidas), com participação de técnicos das Nações Unidas e de instituições da administração federal.

- Expresso os meus votos de que essa reunião resulte no entendimento harmonioso, equilibrado e produtivo, pois é minha convicção que a política de desenvolvimento sustentável que o governador Waldir Raupp está encaminhando é adequada à vocação econômica do estado, devendo estender seu alcance e repercussões até o ano 2020 - destacou.